OBRAS PÚBLICAS

18 E 19 FEV/2027

PORTO ALEGRE/RS

REFORMA TRIBUTÁRIA E FIM DA ESCALA 6:1



- ***Reequilíbrio econômico-financeiro das obras públicas***
- ***Como Calcular os Impactos da Reforma Tributária e do Fim da Escala 6×1***

APRESENTAÇÃO

A reforma tributária brasileira e as mudanças na jornada de trabalho representam transformações relevantes para a formação de preços e a execução dos contratos administrativos. Nas obras públicas, seus efeitos alcançam os tributos sobre materiais, equipamentos, serviços e despesas financeiras, bem como os custos da mão de obra, a produtividade e o planejamento das frentes de trabalho. O curso examina como identificar, medir e documentar essas alterações para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro contratual.

A capacitação abordará a implantação do IBS e da CBS, a transição dos tributos anteriores, os regimes específicos e diferenciados, a sistemática de créditos e o cálculo do BDI. Serão comparados o método do IVA equivalente, o Método do Creditamento Direto sobre o Preço (MCDP) e o método ORBIT, com exercícios de formação de preços, matrizes de creditamento e simulações de diferentes tipologias de obras. Também serão examinados os efeitos do split payment, das compras governamentais e das estruturas de subcontratação.

Quanto à redução da jornada semanal e ao fim da escala 6×1, serão estudadas as regras de transição, a diferença entre horas remuneradas e efetivamente trabalhadas, a evolução do custo horário, os encargos complementares e as alternativas para manter a produção. Para os contratos em andamento, serão apresentados roteiros de análise dos pleitos, cálculos sobre saldos e quantidades remanescentes, comparação com o cenário original e formalização de revisões e aditivos, incluindo situações de impactos tributários e trabalhistas simultâneos.

A proposta integra Direito Administrativo, Engenharia de Custos e análise econômico-financeira. A metodologia combina exposição técnica, interpretação dos dispositivos legais apresentados, estudos de caso e demonstrações numéricas, permitindo ao participante estruturar orçamentos, avaliar créditos e custos efetivos, estimar impactos e fundamentar decisões sobre reequilíbrio contratual.

O curso destina-se a engenheiros, arquitetos, advogados, contadores, auditores, gestores públicos, fiscais e demais profissionais envolvidos na contratação e execução de obras e serviços, em um cenário de transição tributária e de possíveis alterações nas jornadas de trabalho.

CARGA HORÁRIA: 16 HORAS

(durante 02 dias corridos)

OBRAS PÚBLICAS

18 E 19 FEV/2027

PORTO ALEGRE/RS

REFORMA TRIBUTÁRIA E FIM DA ESCALA 6:1



PÚBLICO-ALVO

Gestores e fiscais de obras; pregoeiros, agentes de contratação e integrantes de comissões de licitação; auditores e outros servidores que atuam nas áreas de controle interno e externo de obras públicas; gerentes de contratos de obras; advogados; construtores; projetistas; engenheiros; arquitetos; consultores; peritos; gestores públicos; orçamentistas; servidores públicos e profissionais relacionados com o processo de contratação e concorrência pública de infraestrutura; e funcionários de empresas estatais que atuam no planejamento, orçamentação e fiscalização de obras públicas e serviços de engenharia.

ESPECIALISTA



ANDRÉ PACHIONI BAETA

André Pachioni Baeta é engenheiro graduado pela Universidade de Brasília. Também possui pós-graduações em Gestão Pública e em Direito Administrativo e Licitações. Desde 2004, exerce o cargo de Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, atuando na fiscalização e controle de obras públicas.

É autor dos livros "Orçamento e Controle de Preços de Obras Públicas" e "Regime Diferenciado de Contratações Públicas – Aplicado às Licitações e Contratos de Obras Públicas", publicados pela Editora Pini, e coautor dos livros "Lei Anticorrupção e Temas de Compliance", editado pela Editora Juspodivm, Pareceres de Engenharia, editado pelo Clube dos Autores, e "Terceirização – Legislação, Doutrina e Jurisprudência", editado pela Editora Fórum.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Contexto e fundamentos da Reforma Tributária

- Objetivos e princípios da Reforma Tributária: simplicidade, neutralidade e transparência.
- Estrutura e funcionamento do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e da CBS (Contribuição sobre

REFORMA TRIBUTÁRIA E FIM DA ESCALA 6:1



Bens e Serviços).
- Substituição dos tributos anteriores (ISS, ICMS, PIS, Cofins e, parcialmente, IPI) e efeitos sobre as obras públicas.
- Princípio da não cumulatividade e regras de apropriação de créditos.
- Princípio do destino: tributação no local do consumo.
- A Reforma Tributária e seus impactos na construção civil.
- Impactos da Reforma Tributária nos contratos administrativos.
- Diferenças entre a tributação de obras públicas e privadas no novo regime.
- Simples Nacional, lucro presumido e lucro real diante da Reforma Tributária.
- Regras sobre os créditos de IBS e CBS.
- Incidência do IBS e da CBS "por fora" em contraposição ao ICMS incidente "por dentro".
- Tratamento do IPI com o advento da Reforma Tributária.
- Competência federativa para arrecadação dos tributos.
- Cadastro Imobiliário Brasileiro (CIB): identificação e apuração de IBS/CBS por empreendimento de construção civil.
- Regras de transição.
- Necessidade de readequação dos sistemas de contabilidade, faturamento e orçamentação pública.

Operacionalização do IBS e da CBS nas obras públicas
- Sujeição passiva, alíquotas setoriais e regimes diferenciados: construção civil, engenharia consultiva e manutenção predial.
- Redutor setorial e redutor de compras governamentais: fundamentos, parâmetros de cálculo e controvérsia sobre cumulatividade.
- Momento do fato gerador nas contratações governamentais: medições, notas fiscais de 2026 pagas em 2027 e restos a pagar.
- CIB, apuração e documentação fiscal por empreendimento; tratamento de subcontratadas e consórcios de construtoras.
- Split payment e apuração assistida: recolhimento, fluxo de caixa, capital de giro e repercussões nas despesas financeiras do BDI.
- Simples Nacional: DAS, opção pelo regime regular, alíquotas efetivas, créditos nas aquisições e efeitos na competitividade.
- Regimes específicos de combustíveis, serviços financeiros e seguros; créditos e efeitos nos custos de equipamentos e do financiamento.

REFORMA TRIBUTÁRIA E FIM DA ESCALA 6:1



- Imposto Seletivo, REIDI e aquisições de bens de capital: possíveis efeitos nos custos e nas premissas de creditamento.

Mão de obra, encargos sociais e custos associados à jornada de trabalho

- Produtividade da mão de obra e fatores de desempenho.
- Encargos sociais: horistas, mensalistas e conversões salariais.
- Custos indiretos de pessoal (alimentação, transporte, EPIs, exames e capacitação).
- Pejotização da mão de obra e impactos no orçamento estimativo.

Materiais, equipamentos e infraestrutura de obra

- Metodologia de apropriação de materiais e pesquisa de preços.
- Cuidados com a pesquisa de preços com a Reforma Tributária.
- Conversão de cotações feitas antes do início da Reforma Tributária em face do novo cenário dos impostos
- Custo horário de equipamentos: depreciação, juros, manutenção e operação.
- Estimativa de créditos de IVA no custo horário dos equipamentos. Que parcelas dos equipamentos geram créditos tributários? Há créditos na depreciação dos equipamentos.
- Estimativa de créditos de IVA na Mobilização, desmobilização, administração local da obra e implantação do canteiro.
- Estimativa de créditos de IVA para cada composição do Sinapi e Sicro. Qual seria a metodologia para isso?
- Há ferramentas informatizadas disponíveis no mercado para orçar obras com a Reforma Tributária?

Impactos da Reforma Tributária na formação de preços e orçamentação de obras públicas

- Efeitos da reforma na composição dos custos diretos e indiretos das obras.
- Revisão do BDI: nova estrutura de encargos, tributos e margens.
- O conceito de IVA equivalente e seu uso no BDI.
- Equações do BDI nos regimes anterior, de transição e após a implantação do IVA dual.
- Tratamento do IBS e da CBS na planilha orçamentária: insumos, serviços e encargos sociais.
- Comparativo entre regimes tributários antes e depois da reforma.
- Simulações práticas de orçamentação de obras públicas com o novo modelo tributário.
- Tratamento dos créditos de IBS e CBS existentes nos custos horários dos equipamentos: depreciação, custo de oportunidade, manutenção, combustíveis, seguros e impostos, energia e mão de



obra de operação.
- Créditos de IBS/CBS na mão de obra: distinção entre salários, encargos e insumos complementares.
- A Reforma Tributária e o incentivo à pejotização da mão de obra.
- Demonstração do BDI ano a ano, de 2026 a 2033, com a implementação da Reforma Tributária.

Métodos de cálculo do BDI e apuração dos créditos de IVA
- BDI tradicional, BDI diferenciado e BDI reduzido: parâmetros de referência, fornecimentos relevantes e subcontratações.
- Método do IVA equivalente (IVAeq): alíquota nominal versus carga residual, dedução de créditos e interpretação de valores negativos.
- Método do Creditamento Direto sobre o Preço (MCDP) e método ORBIT: premissas, equações, vantagens e limitações.
- Comparação e verificação da congruência entre IVAeq, MCDP e ORBIT, com simulações práticas.
- Curva ABC de insumos e matriz de creditamento: identificação das parcelas tributadas, isentas, de alíquota reduzida e não creditáveis.
- Créditos de equipamentos por componente do custo horário: depreciação, manutenção, combustíveis, seguros, juros e operação.
- Ajuste das bases durante a transição: exclusão de ICMS, ISS e, quando pertinente, IPI na estimação dos créditos.
- Construção do percentual de custo direto creditável (%MAT), do %MAT ajustado e do fator econômico K.
- Exercício aplicado: orçamento de obra pública, cálculo do IVAeq, revisão do BDI e repercussão no preço global.

Desoneração da folha e reflexos no custo da mão de obra
- Alterações nos encargos sociais e previdenciários.
- Impactos na composição de custos unitários do SINAPI e SICRO.
- Estratégias de precificação e repactuação contratual diante do fim gradual da desoneração.

Orçamentação e contratações públicas no período de transição
- Pesquisa de preços e comparabilidade de cotações realizadas sob regimes tributários distintos.
- Licitações lançadas em 2026 com propostas e execução em 2027: atualização de preços e repartição de riscos.

REFORMA TRIBUTÁRIA E FIM DA ESCALA 6:1



- Atas de registro de preços e credenciamentos: adequação dos preços e hipóteses de revisão durante a transição.
- Tratamento dos saldos tributários anteriores, estoques, créditos acumulados e situações específicas das empresas contratadas.

Fim da escala 6×1: novo cenário da jornada de trabalho e impactos nos contratos

- O novo cenário da jornada de trabalho: alterações constitucionais, redução da carga horária semanal, regras de transição e repercussões nos contratos administrativos.
- Comparação entre jornadas semanais e escalas de trabalho: distribuição das horas, turnos, cobertura operacional e períodos de descanso.
- Impactos sobre salários, encargos sociais, descanso semanal remunerado, custo horário e custo mensal de trabalhadores horistas e mensalistas.
- Necessidade de contratação de trabalhadores adicionais, reorganização das equipes e efeitos sobre a produtividade e os prazos das obras.
- Revisão das composições de custos unitários, equipes e produções horárias, administração local, custos diretos e indiretos e formação dos preços de referência.
- Aplicação dos impactos aos referenciais SINAPI e SICRO e aos contratos de serviços de engenharia e de dedicação exclusiva de mão de obra.
- Fundamentos jurídicos do reequilíbrio, critérios para apuração do impacto efetivo e documentação necessária à demonstração do desequilíbrio.
- Procedimentos para instrução, análise e formalização da recomposição contratual, inclusive mediante aditivos quando cabíveis.
- Estudos de caso e simulações: comparação de custos antes e depois da redução da jornada em obras públicas, serviços de engenharia e contratos de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra.

Estudos quantitativos sobre a redução da jornada semanal

- Simulações comparativas de jornadas de 44, 42 e 40 horas, com manutenção da remuneração e análise das regras de transição.
- Separação entre divisor salarial, horas remuneradas e horas efetivas: feriados, férias, faltas, chuvas e períodos improdutivos.
- Reconstituição do custo horário do trabalhador: salário-base, encargos sociais por grupos e encargos complementares.
- Alimentação, transporte, EPIs, ferramentas, exames e capacitação: parcelas fixas e variáveis e seu efeito por hora efetiva.

REFORMA TRIBUTÁRIA E FIM DA ESCALA 6:1



- Recomposição da produção: novas equipes, horas extras, reorganização de turnos e ganhos de produtividade necessários.
- Exercício com pedreiro horista, trabalhador mensalista e orçamento de obra: alterações do custo unitário, prazo e administração local.

Reequilíbrio econômico-financeiro de contratos administrativos: Reforma Tributária e redução da jornada

- Disposições constitucionais e legais sobre a reforma tributária e a redução da jornada, inclusive LC 214/2025, LC 227/2026 e EC 141/2026.
- Conceitos fundamentais: matriz de riscos, teoria da imprevisão e fato do príncipe.
- Formação da equação econômico-financeira do contrato.
- Proteção constitucional à equação econômico-financeira do contrato.
- Comprovação do desequilíbrio: ônus documental, planilhas, memória de cálculo e elementos de auditoria.
- Necessidade de exame global do contrato.
- Marcos temporais e fatos geradores dos impactos da reforma tributária e da redução da jornada de trabalho.
- Modelagem de custos e projeção de impactos tributários em contratos vigentes.
- Ajustes de planilhas orçamentárias e recomposição do BDI após a Reforma Tributária.
- Roteiro detalhado e metodologias de cálculo para o reequilíbrio dos contratos de obras públicas em razão de alterações tributárias e da jornada de trabalho.
- Existem regras de preclusão que podem ser opostas pela Administração para não reequilibrar os contratos por conta da reforma tributária?
- A variação no preço dos insumos em virtude da Reforma Tributária pode ensejar o reequilíbrio do contrato de construção civil ou o impacto do novo regime se restringe aos tributos constantes do BDI?
- O fim da escala 6×1 pode ensejar a prorrogação dos contratos? Há impactos na administração local e na manutenção do canteiro de obras ou em outros custos fixos do construtor?
- Análise integrada de casos práticos: efeitos simultâneos da reforma tributária e da redução da jornada, evitando sobreposições e duplicidade de recomposição de custos.

Procedimentos e estudos de caso de reequilíbrio econômico-financeiro

- LC 214/2025 e Lei 14.133/2021: hipóteses de revisão por alterações tributárias, comprovação da carga efetiva e momento do pedido.

OBRAS PÚBLICAS

REFORMA TRIBUTÁRIA E FIM DA ESCALA 6:1

18 E 19 FEV/2027
PORTO ALEGRE/RS



- Reajuste, revisão e repactuação: diferenças, interregno, preclusão, matriz de riscos e análise da equidade global do contrato.
- Metodologia de cálculo sobre as quantidades remanescentes: orçamento do saldo, Curva ABC, matriz de créditos e novo BDI.
- Reconstrução do preço contratual de referência e medição do impacto líquido, com memória de cálculo e trilha de auditoria.
- Análise dos impactos indiretos da reforma tributária sobre insumos, custos operacionais, financiamento e subcontratações.
- Reequilíbrio por redução da jornada: medição do impacto efetivo, alteração das equipes, produtividade e repercussão no cronograma.
- Estudos de caso sobre reequilíbrio favorável à Administração ou ao contratado, evitando dupla contagem de impactos tributários e trabalhistas.

INVESTIMENTO

R$ **3.990,00**
(três mil, novecentos e noventa reais)

INCLUSO NA INSCRIÇÃO

- Material de Apoio: apostila, caneta, lápis, borracha e caderno;
- Certificado de capacitação e aperfeiçoamento profissional registrado em cartório (digital);
- 04 coffee breaks + 02 almoços;



OBRAS PÚBLICAS

REFORMA TRIBUTÁRIA E FIM DA ESCALA 6:1

18 E 19 FEV/2027
PORTO ALEGRE/RS



DATA, LOCAL E HORA

18 E 19 DE FEVEREIRO DE 2027
PORTO ALEGRE/RS

Das 8h30 às 12h00 e das 13h00 às 17h30
Local: Hotel Intercity Praia de Belas
Endereço: Av. Borges de Medeiros, 2145 - Praia de Belas, Porto Alegre - RS, 90110-150

A CON Treinamentos reserva-se o direito de cancelar, reagendar o curso ou trocar o palestrante, comprometendo-se a informar os inscritos o quanto antes. A empresa permanece isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).

INSCRIÇÃO E PAGAMENTO

A inscrição poderá ser efetuada pelo telefone **(41) 3068-3858**, através do e-mail **contato@contreinamentos.com.br** ou pelo nosso site **www.contreinamentos.com.br**.

O pagamento deverá ser realizado em nome de CONNECTON MARKETING DE EVENTOS LTDA, CNPJ 13.859.951/0001-62 nos seguintes bancos:

Banco nº 001
Ag. 3041-4
C/C 125211-9

Banco nº 341
Ag. 0615
C/C 21708-0

Banco nº 237
Ag. 02037
C/C 0496760-7

PagSeguro

Boleto

Pronto para dar o próximo passo com a gente?

A **#CasaCON** acredita que o **conhecimento** tem o **poder** de transformar carreiras, vidas e (por que não?) o futuro do nosso país. Se você é tão apaixonado por aprender quanto nós, está no lugar certo! **Estamos aqui para acelerar seu desenvolvimento e ajudar você a alcançar novas conquistas com segurança e eficiência.**

Quero me inscrever agora!



Se preferir, entre em contato com nossa central de relacionamento:

(41) **3068-3858**
(41) **9 9514-1110**

contato@contreinamentos.com.br

Acompanhe nossas Redes Sociais:

@contreinamentos

CON treinamentos | #EU ME IMPORTO